A LEI DO SILÊNCIO NAS VIDAS E HISTÓRIAS DAS DEPOENTES DA COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE

Nicole Maria Babugia Pinto¹

Resumo: Este estudo apresenta o silenciamento identificado durante a análise das transcrições de depoimentos civis de mulheres coletados pela Comissão Nacional da Verdade (CNV) entre 2012 e 2014. As narrativas analisadas resultam de experiências de repressão e tortura no contexto da ditadura militar (1964-1985) e revelam características singulares do silêncio feminino. Dividido em três partes, o texto apresentará, primeiramente, o silêncio no meio privado e sua relação com o gênero; em seguida, abordará o silêncio e a maternidade focando em duas mães, Ilma Maria Horsh de Noronha e Maria das Dores Romaniolo de Mattos; e, por fim, tratará da relação entre o silêncio e a violência sexual.

Palavras-chave: Mulheres; silêncio; ditadura-militar.

THE LAW OF SILENCE IN THE LIVES AND STORIES OF COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE' S DEPONENTS

Abstract: This study presents the silencing identified during the analysis of civil women testimonies collected by the Comissão Nacional da Verdade (CNV) between 2012 and 2014. The analyzed narratives result from their experiences of repression and torture in the context of military dictatorship (1964-1985) and reveal unique characteristics of female silence. Divided into three parts, the text will first present silence in private sphere its relationship with gender; then, it will address the silence and motherhood focusing on two mothers, Ilma Maria Horsh de Noronha and Maria das Dores Romaniolo de Mattos; and finally, it will deal with the relationship between silence and sexual violence.

Keywords: Women; silence; military dictatorship.

Introdução

Este trabalho é resultado de um capítulo de dissertação que teve como temática as atuações de mulheres na resistência durante a ditadura militar (1964-1985). A pesquisa investigou 116 transcrições de depoimentos civis de mulheres coletados pela Comissão Nacional da Verdade (CNV) entre os anos de 2012 e 2014.

As depoentes que concederam testemunho à CNV eram provenientes de diferentes organizações de esquerda e/ou esquerda armada. Também estavam presentes mulheres que não estavam vinculadas a essas organizações, mas que mantinham alguma relação pessoal com membros/as ativos nas mesmas ou eram

¹ Mestra em História Política pela Universidade Estadual de Maringá (UEM); e-mail: nicolebabugia@gmail.com.

suas simpatizantes. O propósito inicial da pesquisa foi investigar sobre as atuações de mulheres dentro da lógica do afeto,² lógica que não só era imposta às mulheres, como também era utilizada por elas para jogar com estereótipos de gênero. Essa lógica era utilizada com objetivos variados, perpassando desde despistar agentes de repressão no momento da prisão, até reivindicar abertamente a libertação de presos/as políticos/as.

Em meio a leitura das transcrições de depoimentos, outros temas foram surgindo para além da atuação conforme a lógica do afeto. Dentre eles, será apresentado, neste trabalho, a temática do silêncio. No total, 40 depoentes apresentaram indicações de silêncio em seus depoimentos, correspondendo a aproximadamente 34% das 116 transcrições analisadas.

Até a instalação da CNV, predominou a ausência de um canal público de escuta de memórias de sobreviventes da repressão empregada pelo Estado. Após o fim da ditadura militar, as memórias foram transmitidas (se é que foram) no âmbito privado, processo que ficou conhecido como “privatização da memória”.³ Nele, as memórias ficariam restritas às vítimas, não sendo possível estabelecer um ponto final para as experiências, ou um sentimento de alteridade com os/as não envolvidos/as.

Em meio a leitura das transcrições dos depoimentos, foi possível perceber que muitas pessoas, tanto homens como mulheres, nunca chegaram a conversar sobre o que vivenciaram, nem mesmo no espaço privado. Existiram casos de mães e pais que morreram sem relatar diretamente para os/as filhos/as a sua história como militante, e/ou sobre o contato com a repressão. De modo semelhante, algumas mães afirmaram ter contado para seus/as filhos/as somente algumas semanas antes de prestar seu depoimento para a Comissão Nacional da Verdade.

Nesse sentido, a CNV pode ter proporcionado um espaço de fala para as mulheres transmitirem suas memórias, mesmo com suas falhas,⁴ mas não se

² JELIN, Elizabeth. Mulheres e os direitos humanos. **Revista de Estudos Feministas**. Rio de Janeiro: CIEC/ECO/UFRJ, v.2, n. 3, p. 117-149, 1994.

³ BAUER, Caroline Silveira. O debate legislativo sobre a criação da Comissão Nacional da Verdade e as múltiplas articulações e dimensões de temporalidade da ditadura militar brasileira. **Anos 90**, Porto Alegre, v.22, n. 42, p.115-152, dez. 2015.

⁴ Uma das críticas para a escuta especificamente de mulheres foi a realização de perguntas objetivas acerca das violências experienciadas por elas, que poderiam causar desconforto e incômodo quando narravam sobre suas histórias. CONTREIRAS, Janaína Athaydes. **Corpo de mulher, um campo de batalha: terrorismo de Estado e violência sexual nas ditaduras brasileira e**

observou que elas tenham construído uma memória coletiva⁵ sobre o tema; pelo contrário, nota-se a ausência de conversas e trocas de lembranças mesmo entre quem vivenciou as experiências. O presente artigo, visa apresentar aspectos específicos do silêncio que estavam presentes nos depoimentos de mulheres, não só a lacuna de transmissão de lembranças, mas também os silêncios influenciados pelas imposições de gênero e pela ocorrência da violência sexual.

O Silêncio de mulheres que vivenciaram experiências traumáticas

Até a instituição da Comissão Nacional da Verdade, por meio da Lei 12.528/2011, as memórias de vítimas das graves violações de direitos humanos se apresentavam no meio público através de iniciativas privadas. Isso significa que, embora existissem memórias e espaço para relatos de sobreviventes, eles permaneceram restritos ao espaço privado. Quando divulgados, como no caso de ex-militantes que publicavam seus relatos, ainda assim partiam de iniciativas pessoais. Dessa forma, na área pública predominou o silenciamento sobre a temática, não se verificando uma tentativa de escuta dessas memórias.

O esquecimento é natural, não sendo possível se lembrar de tudo. No entanto, quando está presente em um plano coletivo e é aplicado no sentido de ocultamento, como o silêncio e o esquecimento sobre os desaparecidos/as políticos/as, o grupo afetado sofre um processo de exclusão histórica, tornando-se um grupo “sem-registro” de memória. Sem ter a sua história registrada, o conjunto de memórias dos indivíduos não pode ser esquecido, já que nunca foi lembrado.⁶

Em âmbito oficial, o silêncio resulta na institucionalização das práticas repressivas e contribui para suprimir a vontade de obter justiça da memória coletiva por parte das vítimas.⁷ No âmbito individual, a impossibilidade de datar e pontuar a

argentina de segurança nacional. Porto alegre, 2018. Dissertação (Mestrado em História) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

⁵ FERREIRA, Elizabeth F. Xavier. **Mulheres, militância e memória**. Rio de Janeiro, 1996. Dissertação (Antropologia Social). Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996, p. 126.

⁶ Esse processo é chamado de desmemória, pois primeiro é preciso existir uma memória consolidada para ser possível o seu esquecimento. PADRÓS, Enrique Serra. Memória e esquecimento das ditaduras de segurança nacional: os desaparecidos políticos. **História em Revista**, v. 10, n.10, 2017.

⁷ *Ibid.*, p. 4.

experiência traumática fez com que pessoas que carregaram essa experiência permanecessem em conflito permanente entre lembrar ou esquecer, rompendo com o status ontológico do passado. Já os perpetradores das violências, ou mesmo quem considera o período como mais um na história republicana brasileira, aproximam-se da percepção cronológica do tempo.⁸

Diante do impacto do trauma, a depoente Maria Aparecida Costa indicou que a decisão de testemunhar na CNV foi um ato de coragem e de esforço:

Não, eu vou lá, porque eu posso acrescentar para a Comissão da Verdade. Porque eu não consigo sequer lembrar claramente o que aconteceu nesses primeiros dias, eu não sei e nem depois, parece que é algo que eu deletei, eu quis deletar e hoje eu quero recuperar, em algum momento você dizia assim: 'Não.' Então, é hora de você, isso foi muito tempo que deveria, claro, é um processo que, de muito tempo, venho tentando encarar isso de frente...⁹

Ainda em seu depoimento, Maria relatou que nunca conversou com suas filhas sobre o assunto, mas sabe que elas têm curiosidade de conhecer sua história. Maria expõe: “eu tenho uma certa dificuldade de conversar com elas, principalmente, sei lá, talvez questão de tortura, tal, (...)”.¹⁰ Se, para ela, tais momentos vivenciados são como uma ausência, trazendo a sensação de que algo que deveria estar não está mais, como seria possível transmitir uma lembrança que não existe para suas filhas?¹¹ Talvez seja por esta razão que Maria expressa a dificuldade em conversar sobre o tema com seus familiares.

Seguindo uma análise psicanalítica, a sensação de lacuna experienciada pelo pai e/ou mãe é transmitida para os/as filhos/as mesmo no silêncio:

Nessas condições, quando as palavras ditas pelos pais comportam um segredo inconfessável de modo a transmitir aos filhos uma lacuna, preexistente em suas próprias dinâmicas psíquicas, produzida por um tormento por uma experiência vergonhosa de natureza indizível e frente à qual foi impossível qualquer

⁸ BAUER, Caroline Silveira. O debate legislativo sobre a criação da Comissão Nacional da Verdade e as múltiplas articulações e dimensões de temporalidade da ditadura militar brasileira. **Anos 90**, Porto Alegre, v.22, n. 42, p.115-152, dez. 2015, p. 131.

⁹ COSTA, Maria Aparecida. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2013, p. 16.

¹⁰ *Ibid.*, p. 21.

¹¹ JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**. Madrid/Buenos Aires: Siglo XXI, 2001.

possibilidade de simbolização, resulta a constituição de uma cripta que é transmitida à criança por identificação.¹²

Elzira Vilela também percebeu o silêncio que se estabeleceu entre ela e seu marido. Estudante de medicina e militante da Ação Popular (AP), Elzira foi presa em 1973 e separada de sua filha, o que, para ela, representou a sua maior tortura:

Aí me tiraram de lá já aos pontapés e aí foi tortura o dia inteiro, mas assim, muita, muita, bateram muito, era aquela coisa, de bater, de coisa e de choque. E eu só pensava na Carminha, eu estava absolutamente desesperada, eu não tinha...olha, para falar a verdade, eu não sentia nem muita dor, nem muita coisa, porque o meu foco inteiro era assim, a loucura.... Acabou, como é que pode? Ela está na mão deles...¹³

Tanto Elzira como o companheiro foram presos/as e torturados/as. Além disso, a saída da prisão também trouxe dificuldades “porque você sair da Operação Bandeirante direto para a rua é uma coisa horrível, porque você não conversa com ninguém, você não tem mais companheiro nenhum para conversar”.¹⁴ Vivendo esse isolamento forçado, ambos voltaram a trabalhar e estudar, e não tocaram mais no assunto. Embora o silenciamento tenha prevalecido, Elzira chamou atenção para a importância dos relatos coletados pela CNV:

A história nossa é todinha deturpada, até hoje, a história da escravidão não tem nada, a maravilha que foi a luta dos negros, então tem muita coisa para ser refeita. E eu acho maravilhoso que gente jovem igual vocês se engajem nessas lutas aí para poder continuar. E esse depoimento para mim não é uma coisa...minha filha ainda falou: ‘Mãe, vai te fazer mal.’ Eu falei: ‘Não.’ Hoje em dia eu fico contente de poder transmitir um pouco, exatamente dentro daquele espírito que você falou, um pouco da história que eu vivi e eu acho que é muito importante. Eu acho que todo mundo, todos testemunhos vivos devem ser feitos.¹⁵

É possível perceber que Elzira fez um esforço para testemunhar, reconhecendo isso como uma medida necessária para falar. A importância que a depoente concedeu para a transmissão de sua história pode ser vista como uso

¹² ARANTES, Maria Auxiliadora de Almeida C. FERRAZ, Flávio C. **Ditadura civil-militar no Brasil: o que a psicanálise tem a dizer**. São Paulo: Escuta, Sedes Sapientiae, 2016, p. 84.

¹³ VILELA, Elzira. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2014, p. 22.

¹⁴ *Ibid.*, p. 35.

¹⁵ *Ibid.*, p. 32.

exemplar da memória.¹⁶ Enquanto uma memória exemplar, sua história pode servir como exemplo e evitar a repetição das violências. Parece que essa é a intenção de Elzira com o seu esforço em prestar o testemunho e incentivar outros/as sobreviventes a relatarem suas experiências. Por outro lado, os “abusos da memória” ocorrem quando uma memória traumática é definida como intransitável e incomparável, por ser fruto de uma experiência singular de violência. Isolar as memórias traumáticas de um acontecimento em si mesmas, impediria que elas fossem utilizadas para denunciar outras arbitrariedades através da comparação.¹⁷

Darci Toshiko Myaki ressaltou o impacto das violências de forma psicológica e o silêncio como consequência delas:

É um tipo de tortura que eles te fazem e que você carrega para o resto da tua vida. Fisicamente, por exemplo, eu sou estéril. Tenho onze hérnias de disco. Tenho o bendito do meu joelho aí que não funciona, pelo menos não está doendo. Dói de vez em quando. Mas a parte psicológica, o mal que eles te fazem... até coisa de três anos, ninguém do meu relacionamento sabia que eu tinha sido torturada.¹⁸

No trecho, Darci destacou a dificuldade em se apresentar como vítima de torturas para as pessoas com quem convivia. Segundo seu depoimento, seu pai era uma pessoa bastante rígida e com ideias diferentes das dela, quando Darci foi presa, ela relatou: “Depois da segunda visita, terceira, não sei... eu falei: ‘Pai, é muito difícil para o senhor vir aqui?’. ‘É!’. Eu falei: ‘Tudo bem, pai, não precisa vir! Eu escolhi. O senhor não!’. O meu pai não foi mais”.¹⁹ Conforme a depoente, seu pai não sabia que ela foi torturada enquanto esteve presa. Darci parece interpretar que, por ter escolhido entrar na militância, deveria arcar com as consequências de sua escolha sozinha. Tomando a responsabilidade para si, evitou contar ao pai sobre as violências que sofreu.

A superexposição que poderia advir do testemunho público, por vezes, causava incômodo não para as militantes, mas para as suas famílias, que requisitavam silêncio sobre o tema. A tensão aumentava especialmente com os pais das militantes:

¹⁶ TODOROV, Tzvetan. **Los abusos de la memoria**. Barcelona: Paidós, 2000.

¹⁷ *Ibid.*, p. 22.

¹⁸ MIYAKI, Darci Toshiko. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2013, p. 44-45.

¹⁹ *Ibid.*, p. 45.

Para algumas famílias o envolvimento de seus jovens em organizações de esquerda representou uma grande vergonha. Ter a casa invadida por policiais, ser constantemente ameaçada, ter suas vidas vigiadas, ver os vizinhos comentando sobre seus filhos ou parentes, não deve ter sido muito simples. [...] Algumas de nossas entrevistadas contam como seus pais – especialmente o pai – demoraram a ‘perdoar’ pelos problemas que lhes causaram. São familiares como estes que, nos dias atuais, certamente, mais se opõem às narrativas sobre o passado que tanto lhes causou dor.²⁰

Talvez Darci tenha ficado receosa de contar para seu pai sobre a tortura, com medo de afetar sua relação com ele ou causar danos à sua família, já que a sociedade poderia ser preconceituosa com familiares de presos/as políticos/as.²¹

Maria Aparecida Serpião Teixeira, relatou um sentimento parecido sobre nunca ter falado até então:

Eu acho que foi uma opção minha. Acho que foi. Ele [seu companheiro] respeitou, porque era uma coisa assim, realmente eu não gostaria que a minha mãe, meu pai soubesse tudo isso, sabe, a dúvida não faz mal, mas a certeza não iria fazer bem para eles e nem para os meus filhos.²²

Ao expor sobre o silêncio talvez Maria, assim como Darci, estava colocando toda a responsabilidade sobre seus ombros, como se esse movimento pudesse proteger seu pai e sua mãe, em conjunto com seus filhos/as.

Antônia Ribeiro Magalhães, que foi presa com o marido após 2 meses de casamento, também afirmou nunca ter conversado com seus filhos²³ sobre a sua experiência. Eliete Ferrer Cebrian, exilada no Chile e depois na Europa, relatou ter levado anos para conseguir falar, e mesmo durante seu depoimento foi possível notar a sua dificuldade. Militante da Ação Libertadora Nacional (ALN), ela ainda estava no Chile quando ocorreu o golpe em 1973. Eliete contou que, no segundo dia do golpe, seu companheiro foi preso em um estádio, enquanto ela, junto com

²⁰ PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. As dores e as delícias de lembrar a ditadura no Brasil: uma questão de gênero. **História Unisinos**, v.15, n.3, 2011, p. 398-405, set./ dez. 2011, p. 402.

²¹ ROVAI, Marta G. de Oliveira. **Osasco 1968**: a greve no masculino e no feminino. Salvador: Editora Pontocom, 2013.

²² TEIXEIRA, Maria Aparecida Serpião. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2014, p. 16.

²³ A palavra está apenas no masculino por ser escrita dessa forma em sua transcrição de depoimento. Esse padrão será seguido para outras depoentes, sendo escrito como foi citado em seus testemunhos.

outras três mulheres, foram presas e levadas por quatro homens para o apartamento que dividiam. A depoente ficou com muito medo de ser violentada, pois elas foram separadas em quartos junto com esses homens, onde uma dessas mulheres quase foi estuprada. Na sua fala é possível perceber o quanto o episódio a impactou:

É, essa fase é horrível, por isso que eu me perdi. Eu hoje em dia até falo nisso, mas eu fiquei muitos anos sem falar, essa parte é horrível. Eu só falo do Chile hoje e agradeço ao grupo Tortura Nunca Mais, do Rio de Janeiro que me proporcionou, eu fiz terapia durante mais de dez anos com um psicólogo de lá do Tortura Nunca Mais, do Rio de Janeiro, que me ajudou até eu poder falar nesse assunto.²⁴

Além da dificuldade de expor sobre as violências sofridas, o silêncio de mulheres, mesmo em relação aos seus familiares, poderia não só ter como pano de fundo o intuito de proteger outras pessoas, mas também a minimização de suas dores. Em uma sociedade machista as dores e ações de mulheres são relegadas ao segundo plano em relação às masculinas. Esse movimento pode ser uma chave para entender por que a maioria das mulheres atingidas pela repressão se calou, pois “Para muitas delas era mais importante denunciar as torturas (de forma geral), os assassinatos e os desaparecimentos de companheiros de luta, do que olhar para as próprias feridas e falar sobre a violência sofrida”.²⁵

O silêncio de vítimas de barbaridades pode ser utilizado como um mecanismo que visa amenizar a dor do trauma, da alma, isto é, de revelar o sofrimento experienciado e lidar com a vergonha e dúvida que recaem sobre si.²⁶ Em relação ao silêncio de mulheres que vivenciaram situações de violência, além de uma tentativa de alívio do sofrimento, o silêncio também poderia estar ligado à dificuldade que essas mulheres enfrentavam ao se apresentarem como protagonistas de suas próprias histórias. Ao narrar suas experiências a partir das vivências de outras pessoas, forma-se um paradoxo no depoimento feminino, na

²⁴ CEBRIAN, Eliete Ferrer. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2014, p. 7.

²⁵ CONTREIRAS, Janaína Athaydes. **Corpo de mulher, um campo de batalha: terrorismo de Estado e violência sexual nas ditaduras brasileira e argentina de segurança nacional**. Porto Alegre, 2018. Dissertação (Mestrado em História) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, p. 187.

²⁶ *Ibid.*, p. 216.

medida que para falar sobre si as depoentes tenderiam a falar sobre os/as outros/as.²⁷ É provável que uma consequência desse paradoxo seja atribuir às suas dores um carácter secundário perante o sofrimento de companheiros/as e de suas famílias.

Algumas não perceberam o silêncio até algum tempo depois, por vezes através de um choro, como no caso de Lúcia do Amaral Lopes. Lúcia realizava trabalhos psicológicos com pessoas neuro divergentes e, abordando a temática da morte com os/as pacientes, percebeu que pulava as décadas de 1960 e 1970 de sua própria história, o que não fazia sentido, já que era o período com mais experiências de luto. Além disso, Lúcia identificou a presença do silêncio em conversas com sua irmã:

Faz uns dois meses, acho, nós fomos a um restaurante, uma pessoa perguntou se ela foi torturada e ela contou. Eu nunca tinha perguntado para ela. Ela nunca tinha me contado como foi. Não é incrível? E ela nunca perguntou para mim como que aconteceu comigo, como que eu soube da prisão dela, nada. Daí foi uma choradeira assim.²⁸

A partir da conversa entre irmãs, realizada somente 2 meses antes do seu depoimento para a CNV, veio o choro de reconhecimento e alívio de compartilhar a experiência de dor e sofrimento que ambas vivenciaram. Lúcia foi militante da Ala Vermelha e, em meio a um contexto de quedas de membros da organização, se exilou na Europa em 1970, junto com seu companheiro. Segundo a depoente, eles achavam que iriam conseguir retornar ao Brasil, mas permaneceram na França durante 10 anos. Lúcia identificou como uma das causas do seu silêncio, ou, como ela denomina, da “lei do silêncio”, a comparação existente dentro do meio da esquerda:

Porque tem uma coisa entupida e no caso de mim, por exemplo, que fui só exilada, eu falo só. Porque vem junto uma coisa assim, porque no fundo você sente, é tão absurdo isso. Você sente assim, não, eu só me beneficieei, então eu vou falar do quê? [...] Quem se ferrou foi quem ficou preso. Quem foi torturado isso. Por isso que

²⁷ JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**. Madrid/Buenos Aires: Siglo XXI, 2001. 160.

²⁸ LOPES, Lúcia do Amaral. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2013, p. 4.

eu vim falar, porque é um raciocínio absurdo. É um raciocínio absurdo, porque não existe uma escala de dor maior ou menor.²⁹

Este trecho mostra que, mesmo dentro da militância, há memórias ocultas que ficam adormecidas em relação às memórias “oficiais” da época.³⁰ Embora não seja o foco principal da pesquisa, a presença dessas memórias ajuda a identificar a complexidade e a ampla definição da temática do exílio, que abrange diversas experiências, todas elas enraizadas no deslocamento forçado.³¹

Além de Lúcia, outras depoentes também relataram sobre o choro. Algumas, como Lúcia, apresentaram esse momento de reconhecimento depois, andando por lugares que as fizeram lembrar dos acontecimentos. Outras tem dificuldade de chorar até hoje, como é o caso relatado pela depoente Ana Maria Gomes. Segundo ela:

vocês não imaginam como essas lágrimas vão deixar a minha ex-terapeuta feliz, é eu tenho a maior dificuldade de chorar. Isso era uma coisa na prisão, na Operação Bandeirantes, o grande problema deles é que eu não chorava. Eles diziam: ‘Olha, ela nem chora.’ Eu não chorava, eu não conseguia, e eu tenho a maior dificuldade.³²

Um ponto interessante no caso de Ana Gomes, foi que ela se permitiu chorar durante seu depoimento na Comissão Nacional da Verdade (CNV), algo que nem mesmo conseguia fazer em sua terapia. Mudanças na esfera pública, como a emergência de novas interpretações sobre um tema, podem produzir leituras que possibilitem a interação entre sobreviventes, estudantes, produtores/as de filmes e entrevistadores/as. A partir dessas novas interações e interpretações desenvolvidas coletivamente, outros sentimentos ligados às vivências podem emergir.³³ Após a análise dos depoimentos, foi possível afirmar que a Comissão

²⁹ *Ibid.*, p. 12.

³⁰ POLLACK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

³¹ Para uma análise mais profunda consultar: ROSALEN, Eloisa. **Vidas (entre) laçadas: relações de gênero nas memórias do exílio brasileiro (1964-1979)**. Florianópolis, 2016. Dissertação (História). Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

³² GOMES, Ana Maria. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2013, p. 31.

³³ THOMSON, Alistair. Reconstituo a memória: questões sobre a relação entre a história oral e as memórias. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História do Departamento de História da PUC/SP**. São Paulo, n. 15, p. 51-84, abr. 1997.

Nacional da Verdade operou como um suporte público para memórias que, até então, ficavam restritas às vítimas e familiares, ou mesmo ao âmbito individual.

Outra depoente foi Raquel Felau Guisoni, que relatou manter o silêncio mesmo na família até o retorno da legalidade:

Com as meninas não. Por causa... Se entre nós a gente não conversava, com as meninas a gente também não conversava, porque a gente achava que era uma medida de segurança. Tanto que a minha sequela, até hoje é contar as coisas do que acontece no dia a dia com meu marido, ainda a gente tem dificuldade. Tem que ser no “saca-rolha” ou, pelo menos, na insistência de conseguir.³⁴

Raquel militou na Ação Popular (AP) e no Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Em 1968, por indicação da organização, ela e seu companheiro se mudaram para o interior do Paraná, em um processo chamado de integração. Para se mudar para o campo, Raquel deixou seu emprego e sua família. Em 1972, durante a integração e desafiando as diretrizes da organização, ela teve outra filha:

Inclusive, quando foi para tê-la, eu procurei um hospital em que tinha uma freira que entendia disso. Só que eu tive o azar de que, quando eu entrei lá, que já fui com a bolsa estourada e tudo, ela não estava. Então eu tive que ter sozinha, eu mesma tive que fazer. [...] Eu fiquei na maca, no corredor. Como eu tinha tido um parto normal, estava tudo bem e estava na maca, nos despacharam no mesmo dia. Voltamos para o sítio. Eu, no mesmo dia, voltei para o sítio com ela recém-nascida. Então são coisas da vida. Mas correu tudo bem.³⁵

Cabe destacar que Raquel não foi a única depoente a relatar dificuldades durante a gravidez.³⁶ Apesar das adversidades, o silêncio em relação às suas filhas mudou conforme a situação do país. À medida que a legalidade foi restabelecida, ela passou a contar sobre a militância para suas filhas.

³⁴ GUISONI, Raquel Felau. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2014, p. 31.

³⁵ *Ibid.*, p. 23.

³⁶ Outros depoimentos que podem ser consultados sobre o tema são os de Tânia Marins Roque e Marília Carvalho Guimarães. Alguns trabalhos que tratam sobre a maternidade durante a ditadura militar são: PEREIRA, Ivonete. Estudo de casos: narrativas sobre a militância e a maternidade nas ditaduras brasileira e argentina (1964-1989). *História Oral*, v. 12, n. 1-2, p. 103-128, jan./dez. 2009; GOMES, Athaysi Colaço, MOLMELSTE, Laíza Fuckner “Quem me leva os meus fantasmas?": Culpa e maternidade nas ditaduras do Cone Sul. In: WOLFF, Cristina Scheibe (Org). **Políticas da emoção e do gênero no Cone Sul**. Curitiba: Brazil Publishing, 2021. pp.168-184.

As mães e o silêncio: casos específicos de duas depoentes

A narrativa histórica tende a dar mais importância e visibilidade à esfera pública, um espaço onde as mulheres raramente aparecem, pois, durante grande parte da história, foram relegadas ao espaço privado. Essa invisibilidade é agravada pela falta de registros sobre elas, já que não deixaram escritos ou até mesmo destruíram os poucos vestígios íntimos que existiam. Quando são vistas, são frequentemente representadas por meio de estereótipos, como mulheres vociferantes, megeras e histéricas.³⁷ Nesse sentido, a invisibilidade feminina na memória social da história é resultado de “um silêncio político dotado de estratégias de poder, dado o trabalho historiográfico e memorialístico em negar a presença e atuações de mulheres militantes políticas”.³⁸

Na memória feminina, onde a educação impõe o esquecimento de si, existe um paradoxo específico. Muitas narram por meio da chave mais tradicional de “viver para os outros”, mas, ao mesmo tempo, o testemunho revela a ambiguidade presente nesse hábito “adquirido”, pois resulta em uma contradição entre um sujeito ativo/acompanhante que para narrar sobre si precisa falar sobre outros/as.³⁹ Esse paradoxo pode ser somado ao silêncio de proteção já apresentado, utilizado como uma forma de prevenir a transmissão de possíveis sofrimentos para seus familiares.

Algumas vezes, o silenciamento poderia cobrar um alto preço, em especial para duas mães, Ilma Maria Horsh de Noronha e Maria das Dores Romaniolo de Mattos.

Ilma Noronha militou na ALN e teve sua filha, Tânia, retirada no momento de sua prisão, em 1972. A dor da separação e as violências que deve ter sofrido, já que Ilma não se lembra das violações que ocorreram, tentaram ser engolidas pela depoente:

Olha, num primeiro momento, eu quando eu sai, eu não tinha possibilidade de parar nem pra pensar no que tinha passado, nem. Eu entrei na vida comum né, e enfim, fui trabalhar, estudar, criar a

³⁷ PERROT, Michelle. Práticas da memória feminina. **Revista Brasileira de História**, v. 9, n. 18, p. 9-18, ago./set. 1989.

³⁸ CONRADI, Carla Cristina Nacke. “**Memórias do sótão**”: vozes de mulheres na militância política contra a ditadura no Paraná (1964-1985). Curitiba, 2015. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Paraná, p. 43.

³⁹ JELIN, Elizabeth. Subjetividad y esfera pública: el género y los sentidos de familia en las memorias de la represión. **Política y Sociedad**, Madrid, v.48, n.3, p.555-569, 2011.

Tania. Tempos depois eu tive né, um apagão, sem nenhuma, aí eu fui, fiz todos os exames, tenho feito né, todos esses exames de imagem, tudo que se pode imaginar.⁴⁰

O silêncio não foi apenas imposto, mas também escolhido pelas mulheres que, através dele, atuavam na sua própria clandestinidade realizando suas ações.⁴¹ Essa escolha estava relacionada com as expectativas de gênero, que induziam as mulheres a minimizarem as suas dores em comparação com as vivenciadas por outras pessoas.⁴² Graças a esse silêncio escolhido/imposto, não só suas atuações, como também, no caso de Ilma, a sua sobrevivência após a prisão, se tornaram possíveis. No entanto, seu uso teve um preço. Muito provavelmente, foi a tentativa de minimizar as dores sofridas, recorrendo ao silêncio, que causou esse apagão do qual fala a depoente.

Segundo a psicanálise, uma catástrofe não é necessariamente traumática em si. O trauma tem origem no desmentido, isto é, na afirmação de que nada aconteceu perante a violência experienciada:

Por desmentido entenda-se o não reconhecimento e a não validação perceptiva e afetiva da violência sofrida, trata-se de um descrédito da percepção, do sofrimento e da própria condição de sujeito daquele que vivenciou o trauma. Portanto, o que se desmente não é o acontecido, mas o sujeito.⁴³

Seguindo esse sentido psicanalítico, o trauma que pode ter causado o apagão de Ilma foi o não reconhecimento de suas dores, não apenas em uma atitude individual, mas também em um sentido coletivo. Naquele momento, não havia meios de suporte para que Ilma se sentisse confortável em sair do silêncio. Cabe destacar que o estopim para esse “apagão” foi uma situação que remetia à época de perseguição, segundo a sua filha:

Tânia Horsth Noronha- A gente foi pra uma outra cidade continuar a viagem e ela voltou com meu irmão. E aí eles perderam o

⁴⁰ NORONHA, Ilma Maria Horsth. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2014, p. 49.

⁴¹ ROVAI, Marta G. de Oliveira. **Osasco 1968: a greve no masculino e no feminino**. Salvador: Editora Pontocom, 2013, p. 191.

⁴² CONTREIRAS, Janaína Athaydes. **Corpo de mulher, um campo de batalha: terrorismo de Estado e violência sexual nas ditaduras brasileira e argentina de segurança nacional**. Porto alegre, 2018. Dissertação (Mestrado em História) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

⁴³ ARANTES, Maria Auxiliadora de Almeida C. FERRAZ, Flávio C. **Ditadura civil-militar no Brasil: o que a psicanálise tem a dizer**. São Paulo: Escuta, Sedes Sapientiae, 2016, p.87.

passaporte do meu irmão ali. E aí aquilo afetou ela de tal forma, porque aí alguém achou o passaporte, ligou pra casa dela, ‘achei seu passaporte’ aí ela desencadeou um processo de o que esse homem queria, uma coisa meio persecutória, paranoica, ela e meu pai. Tanto é que nunca foram buscar esse passaporte e desde então ela entrou numa depressão né, e entrou uma depressão com esquecimento.⁴⁴

A filha, que estava no colo da mãe quando começaram as violências, só tomou conhecimento da história a cerca de cinco anos antes do testemunho de Ilma para a CNV. Durante uma consulta terapêutica, a psicóloga identificou sintomas de que Tânia foi separada de sua mãe quando criança:

Tânia Horsth Noronha- Eu fui fazer terapia, eu tava trabalhando em furnas, tinha 23 anos, aí fui fazer terapia a terapeuta me perguntou essa coisa da gente ser muito agarrada, aí ela falou assim: ‘Tania, isso é um sintoma de quem foi separado da mãe’, aí eu falei assim: ‘Mas eu não fui separada da minha mãe’.⁴⁵

Somente depois que Tânia questionou a mãe, a partir da indicação da psicóloga, Ilma contou para a filha sobre a sua prisão. Isso significa que a depoente teve condições, tanto individuais como coletivas, de compartilhar a sua história somente por volta da primeira década dos anos 2000.

O segundo caso é o de Maria das Dores Romaniolo, mãe da depoente Roberta Romaniolo Mattos. Maria das Dores não era militante política, mas se exilou no Chile devido a militância do seu companheiro. Lá, eles foram descobertos; o marido foi assassinado e ela foi presa com a filha. Tal é a descrição da dor de sua mãe que Roberta relatou: “E eu chorava muito de fome, até que veio um oficial, um oficial chileno e me retirou da cela. Só eu. E aí a minha mãe ficou desesperada, minha mãe enlouqueceu, ela gritava, ela batia a cabeça na parede, ela arranhava a parede, e foram três dias”.⁴⁶

Depois que foi solta, sua mãe conseguiu ir para a Europa. No exílio, Roberta relatou que aconteciam situações estranhas, como, por exemplo, Maria deixava frutas apodrecerem para só então comprar mais. Roberta reconhece essa ação como consequência de terem passado fome em algum momento. Outra atitude

⁴⁴ NORONHA, Ilma Maria Horsth. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2014, p. 51.

⁴⁵ *Ibid.*, p. 49.

⁴⁶ MATTOS, Roberta Romaniolo de. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2014, p. 2.

estranha de sua mãe foi não ensinar português para a filha. Segundo a depoente, Maria tinha medo de que os/as franceses/as descobrissem que eram brasileiras. Até os 10 anos de idade, a mãe não contou para a Roberta a verdade sobre a morte do pai; ao invés disso dizia que ele morreu em um acidente de carro. No entanto, Roberta já estava desconfiada. Quando ficou mais velha, só soube da história da mãe por outras fontes ou quando a mãe era entrevistada. Roberta evitava perguntar diretamente por que, durante as entrevistas, percebia a dor de sua mãe ao tentar recordar os acontecimentos:

Porque de tudo que passou, sabe, cicatrizes, ela não tinha tantas cicatrizes, ela não tinha cicatrizes físicas. Ela tinha muitas cicatrizes psicológicas. Físicas eram poucas, mas psicológicas eram muitas, muitas, muitas.⁴⁷

Tanto Maria das Dores, como Ilma Maria, foram mães que recorreram ao silêncio como mecanismo de sobrevivência diante do contexto de repressão que estavam vivenciando:

porque la situación de terror en que se vivía requería ocultamientos diversos, inclusive del dolor personal. Incluía intentar que los hijos siguieran sus actividades cotidianas 'como si nada hubiera pasado', para evitar sospechas. El miedo y el silencio estaban presentes de manera constante, con un costo emocional muy alto.⁴⁸

Elas não foram as únicas que ocultaram suas dores pessoais para proteger os familiares. Adriana Bezerra contou que só soube da história de seus pais por outras pessoas, já que eles nunca falaram. Maria Auxiliadora de Almeida Cunha Arantes indicou que passou a conversar com as filhas um ano antes da tomada de depoimento para a CNV, e Berenice Fialho Moreira somente comentou sua história para a filha uma semana antes do seu testemunho. No total, 40 depoentes⁴⁹

⁴⁷ *Ibid.*, p. 27.

⁴⁸ JENLIN, Elizabeth. Subjetividad y esfera pública: el género y los sentidos de familia en las memorias de la represión. **Política y Sociedad**, Madrid, v.48, n.3, p.555-569, 2011, p. 560.

⁴⁹ Nilce Azevedo Cardoso; Darci Toshiko Miyaki; Maria Aparecida Costa; Maria Isabel Camargo Régis; Ana Corbisier; Eugênia Cristina Godoy de Jesus Zerbini; Lúcia do Amaral Lopes; Elzira Vilela; Vilma Aparecida Barban; Joana D'Arc Bissotto Lopes; Ana Maria Gomes; Jane de Alencar; Derly Marluce dos Santos; Adriana Bezerra Cardoso; Ana de Miranda Batista; Ilma Maria Horsth Noronha; Flora Strozenberg; Maria Cristina de Oliveira Ferreira; Lígia Maria Motta Lima Leão de Aquino; Eliete Lisboa Martella; Berenice Fialho Moreira; Rose Lacrete; Lúcia Cabral Janhel; Benita Beatriz Accioli; Lúcia Maria Sálvia Coelho; Isabel Maria Gomes da Silva; Maria Lúcia Alves Ferreira; Maria Aparecida Serpião Teixeira; Deise Hannickel; Eva Tereza Skazufka; Anita Leocádia Chamorro; Zenaide Machado de Oliveira; Ângela Telma Lucena Imperatrice; Zilda Xavier Pereira; Maria Auxiliadora de Almeida Cunha Arantes; Raquel Felau Guisoni; Márcia Bassetto; Roberta Romaniolo de Mattos; Juliana de Andrade Volpini; Eliete Ferrer Cebrian. É possível que outros depoimentos

apresentaram indicações de silêncio em seus depoimentos, não apenas o silêncio de mães para com suas filhas, mas também o de sobreviventes que não queriam contar sobre as experiências vivenciadas para seus/as pais, mães, companheiros/as, irmãos/as, etc.

O silêncio e a violência sexual

Outro silêncio específico que foi possível identificar nos depoimentos remetia ao tema da violência sexual. Esse tema era difícil de expressar, inclusive muitas das que optaram por silenciar aos/às filhos/as, companheiros e companheiras, haviam sofrido violência de cunho sexual.

Por exemplo, Eugênia Cristina Godoy de Jesus Zerbini evitou contar sobre o estupro sofrido para a sua família e somente relatou para sua mãe durante a década de 1980, sendo que o pai morreu sem saber do ocorrido. Além dela, também podem ser somados os casos da irmã de Ana de Miranda Batista, que nunca tocou no assunto, assim como das mães das depoentes Anita Leocádia e Roberta Romaniolo, que também evitaram falar sobre o acontecido.

Até meados dos anos 1990, a violência sexual era negligenciada pelos tribunais penais, sendo vista como pertencente ao âmbito privado/pessoal e não como questão pública e/ou política. As poucas denúncias tinham como pano de fundo 3 fatores principais: 1) o processo de transição para a democracia, que reforçou o silêncio; 2) a ausência de espaços de escuta específica para crimes sexuais e de gênero; e 3) a dificuldade da vítima em expor o ocorrido, consequência dos outros dois primeiros fatores.⁵⁰ Romper com o silêncio para aquelas que experienciaram violências e/ou abusos sexuais poderia fazer com que as depoentes se expusessem a julgamentos alheios de companheiros/as, familiares de desaparecidos/as, parentes, amigos/as e mesmo da sociedade.⁵¹

possam se enquadrar nessa temática, pois alguns podem ter passados despercebidos devido à quantidade.

⁵⁰ CONTREIRAS, Janaína Athaydes. **Corpo de mulher, um campo de batalha: terrorismo de Estado e violência sexual nas ditaduras brasileira e argentina de segurança nacional**. Porto Alegre, 2018. Dissertação (Mestrado em História) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, p. 183.

⁵¹ *Ibid.*, p. 186.

Além da vergonha, o silêncio pode remeter à naturalização da violência sexual contra mulheres. Como por muito tempo esse tipo de violência era considerado “assunto privado”, diante dos relatos de outras violências físicas, as mulheres ainda poderiam continuar relegando as violências sofridas ao âmbito privado, reforçando a ideia de naturalidade dessas violências.⁵² Dois depoimentos podem exemplificar essa naturalização.

O primeiro deles é o depoimento de Derly Marluce dos Santos. Embora não estivesse engajada em organizações, foi presa por conta do seu casamento com um militante. No momento da prisão, foi abusada sexualmente e sofreu violação sexual. Além da dificuldade de conversar com os filhos sobre isso, Derly apontou que evitou dar mais detalhes sobre a violência ao seu ex-marido:

Raissa Ventura (Comissão Nacional da Verdade) – E você contou o que aconteceu na casa de vocês?

Derly Marluce dos Santos – Também não contei daquela agressão, não.

Raissa Ventura (Comissão Nacional da Verdade) – Da agressão.

Derly Marluce dos Santos – Eu sempre falei para ele que fui, mas eu nunca quis contar, eu estou contando acho que foi agora. Porque é muito humilhante e para ele ia ser mais doloroso do que já era doloroso para ele, toda a história que ele estava vivendo, que a gente.⁵³

Rose Nogueira também se mostrou receosa de que seu marido soubesse que era obrigada a ficar nua:

Quase um mês depois, mas eles começaram a me levar lá para cima, 15 dias, 20 depois, quando eles começaram a procurar o Frei Betto. E para mim era muito constrangedor, eu ainda tinha leite, muito constrangedor ficar tirando a roupa e eu ficava apavorada se o Closet soubesse daquilo.⁵⁴

Ambas parecem temer as consequências que os relatos dos abusos sexuais poderiam ter sobre seus companheiros. Esse receio pode ser devido ao medo de que isso representasse um peso maior para eles, por não terem conseguido

⁵² *Ibid.*, p. 207.

⁵³ SANTOS, Derly Marluce dos. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2014, p. 25.

⁵⁴ NOGUEIRA, Rosemary. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2013, p. 5.

proteger “suas” mulheres, ou pelo medo da reação deles contra os agressores, o que poderia agravar a situação, como no caso de Rosemary, já que ambos estavam presos. Para entender o silêncio presente nos trechos apresentados, é necessário não apenas entender o corpo da mulher como um campo de batalha onde se travava uma disputa entre “machos”,⁵⁵ mas também a naturalização das violências pelas próprias depoentes, que direcionaram suas preocupações para seus companheiros e, no caso de Derly, minimizaram a violência sofrida.

Essas mulheres poderiam temer que seus companheiros as culpassem pelas violências sexuais sofridas, pois o corpo das mulheres também pode ser entendido como um campo de batalha para os homens militantes, em disputa com a própria repressão. Caso os companheiros, quer fossem maridos ou colegas militantes, considerassem a violência sexual não como um estupro/ violação, mas como sexo, a culpa poderia recair sobre as mulheres e ser somada ao medo de ter uma mulher/companheira que tenha se “deitado” com um agente da repressão e/ou ser pai de um/a filho/a de um agressor. Dessa forma, até mesmo silenciar sobre o estupro/violação ao companheiro, como forma de poupá-lo, se relaciona com o medo/pavor de não saber qual seria a postura dele, se continuariam juntos ou se as culpariam pela violação sofrida.

Por outro lado, algumas não se calaram e incentivaram outras mulheres a falar. Uma dessas mulheres foi a militante Maria Amélia de Almeida Teles, que tomou a iniciativa e influenciou outras a denunciar as violações sexuais. Seu discurso e exemplo foram mencionados em alguns depoimentos, como no de Ieda Akselrud de Seixas, que citou Maria Amélia para exemplificar como minimizava a violação sexual sofrida em comparação com outros relatos de tortura. Dentro disso, um depoimento que conseguiu expressar a importância da denúncia desses episódios foi o de Maria Dalva Leite de Castro de Bonet:

É nessa cela que eles vêm, obviamente continuava com o capuz, e a tortura era a seguinte, também, além de todas as outras: ‘Você sabe onde você está?’ Voz bem cava, ‘Você sabe onde você está?’, ‘Você está tendo prazer com o seu torturador?’ E começava a bolinar o teu corpo todo. ‘E você sabe que o que seus companheiros

⁵⁵ CONTREIRAS, Janaína Athaydes. **Corpo de mulher, um campo de batalha: terrorismo de Estado e violência sexual nas ditaduras brasileira e argentina de segurança nacional.** Porto Alegre, 2018. Dissertação (Mestrado em História) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

vão dizer, que você gozou com um torturador?’, ‘Você não vai poder sair da prisão, você vai ter que ficar do nosso lado porque se não nós vamos contar para os seus companheiros o que você fez aqui. Aí você vai ser justificada’ e continuava a bolinar. [...] E elas são as putas e você... na dor acredita em qualquer coisa, como muitas mulheres acreditaram que iam ser denunciadas e se calavam pro resto da vida. Eu não tenho direito de falar delas, mas é lamentável que elas tenham se calado. O medo de ser delatada, isso foi a coisa pior que existiu na tortura de gênero. Já vinha não crescendo e isso fechou com chave de ouro. Foi um horror e graças eu ainda tive lucidez pra me proteger. De qualquer maneira eu fui estuprada como todas as outras. Não vou dizer que não fui porque fui.⁵⁶

Os perpetradores das violências diziam às mulheres, segundo Maria, que elas haviam "gozado" ou, para ser menos invasivo, que tinham sentido prazer com as violações sexuais cometidas contra elas. Eles ainda ameaçavam contar aos colegas de militância, afirmando que elas seriam "justificadas", como menciona Maria Bonet. A acusação de serem as causadoras da violência poderia ser mais um motivo que levaria as mulheres a se calarem. Essa desconfiança esteve muito presente na Argentina, onde o número de mortos/as e desaparecidos/as foi muito elevado. As poucas sobreviventes foram questionadas se houve falta de resistência por parte delas às investidas sexuais dos agentes, sendo acusadas de se "associarem" à repressão para preservar suas vidas.⁵⁷

Essa desconfiança das depoentes, que os próprios torturadores já previram, também foi mencionada no depoimento de Lúcia Maria Sálvia Coelho:

Eu fui no fórum dos ex-presos políticos, eu ia nas reuniões lá, aí fui descobrindo cada uma delas, uma coisa maravilhosa, Meu Deus do céu! Aí depois de ter visto e falado, contado, eu percebi o seguinte: a maioria delas tinha separado do marido, separação de casal é importante, muitas delas foram acusadas de terem engravidado do torturador, o próprio marido desconfiou porque ela logo engravidou, logo que saiu da prisão engravidou, então ele ficou na dúvida. Isso pra uma mulher é uma coisa medonha, a maneira como as mulheres eram tratadas em toda essa prisão era uma coisa degradante, porque eles tinham muito ódio, então eles queriam

⁵⁶ BONET, Maria Dalva Leite de Castro de. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2014, p. 33-34.

⁵⁷ CONTREIRAS, Janaína Athaydes. **Corpo de mulher, um campo de batalha: terrorismo de Estado e violência sexual nas ditaduras brasileira e argentina de segurança nacional**. Porto alegre, 2018. Dissertação (Mestrado em História) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

desmontar a mulher pelo pudor, eles arrancavam o pudor da mulher.⁵⁸

Esses foram os únicos depoimentos que apresentaram dados sobre a desconfiança em relação às mulheres, principalmente quando se trata de mulheres que ficaram grávidas de agentes do Estado. Pode-se inferir que talvez as mulheres que foram estupradas e/ou violentadas ainda sintam vergonha e medo de serem acusadas. Assim, caso elas tenham testemunhado na CNV, seus nomes poderiam constar nos depoimentos coletados em sigilo, o que explica porque seus nomes e histórias ainda continuam desconhecidos.

Maria Dalva prestou depoimento à CNV 3 vezes, sendo o último depoimento prestado por meio de telefone celular. Ela era militante da ALN e foi presa em dezembro de 1968, janeiro de 1970 e no ano de 1972. Na primeira prisão, Maria relata as violências sofridas:

Não, dessa vez eu acho que, não, eles foram rasgando aos pouco porque foi tanta brutalidade que, dessa vez, ainda não tinham a tecnologia da tortura. Era só brutalidade. Me jogavam no chão de um lado pro outro, aí vinha o Jacarandá, pisava com as botas dele, as botas do Jacarandá são famosas no DOI-CODI, eu fiquei com o corpo todinho cheio de hematoma. Os seios principalmente eram onde eles gostavam de pisar. Levei choque na vagina, no ânus, nas orelhas, nos dedos das mãos, nos dedos dos pés, até que o tenente Magalhães, que hoje é coronel, começou a gritar, isso foi por vários dias sem parar. Começou a gritar que não desse mais choque: 'Não dá mais choque nessa puta não', olha aí as vozes lá atrás, não esqueço: 'Não dá mais choque nessa puta não, que choque ela tira de letra'. Eu achei, estava rezando pra que eles parassem com os choques, mas aí me botaram no pau de arara. Me penduraram no pau de arara e me penduraram no pau de arara com choque, não parou.⁵⁹

Além dessas violências, Maria sofreu violações sexuais, mas não chegou a dar mais detalhes sobre elas, a única descrição que fez no seu relato foi a seguinte:

Eu senti que não entramos pelo pátio da PE porque eu sabia o número de passadas mais ou menos que daria o pátio e a gente ia pra um subterrâneo. E aí já chegando nesse subterrâneo eles tiraram as roupas todas, você fica nua de capuz. Me jogaram numa cela que era toda escura. A chamada surda, que depois eu vim a saber. Uma cela toda escura que tinha um alto falante no teto, uma

⁵⁸ COELHO, Lúcia Maria Sálvia. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2014, p. 24.

⁵⁹ BONET, Maria Dalva Leite de Castro de. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2014, p. 11.

porta que parecia blindada de tão grossa. Eles batiam. De lá do teto eles ficavam falando. Faz isso, faz aquilo, faz aquilo outro. Se você não fizesse vinha gente abrir a porta e você entrava na porrada. [...] 'Bota esse pé pra cima. Mostra essa bunda assim'. Você está entendendo? O que desse na cabeça deles.⁶⁰

Diante de tamanha invasão, é possível observar a sua determinação em denunciar o absurdo e o indizível dessas situações. Tal atitude é importante, visto que a violência sexual atinge a identidade construída pela pessoa. Esse tipo de sevícia não só humilha a pessoa em um dos pontos mais íntimos que a define, como também a torna um alvo de julgamentos e desconfianças.⁶¹

Jane de Alencar foi uma das depoentes que relatou o peso da desconfiança para o rompimento do silêncio. Estudante secundarista à época dos acontecimentos, foi presa duas vezes. A primeira foi menos violenta, na segunda, em 1972, foi torturada no Centro de Informações da Marinha (CENIMAR):

Aí os três começaram a tirar minha roupa, começaram a me dar choque no seio, na vagina, na cabeça, e onde está o Janú que era o irmão da Fátima, meu amigo, onde está o Janú aquele terrorista, você sua terrorista, vai falando. Você quer matar a gente, você agora fica posando de vítima aí, você é terrorista. E aí foi dia após dia, fiquei lá sem comer, sem dormir. Arrancaram minha roupa, o pessoal gritava para eles: seus covardes, seus covardes. [...] E aí foi dia, noite, dia e noite, até que um dia eles me enfiaram um cassetete no ânus e eu tive uma hemorragia, e vomitava e evacuava sem parar.⁶²

Após ser liberada, conseguiu uma bolsa de estudos para estudar em uma comunidade afastada no Peru. Quando retornou, após a anistia, se reaproximou de alguns companheiros de um antigo grupo do qual ela participava, que ainda estavam envolvidos com os movimentos. Nesse mesmo grupo, ocorreu a morte de um dos participantes, o impacto do assassinato, possivelmente relembrando toda a dor e sofrimento passados, fez com que ela se fechasse e rompesse com esses amigos por um tempo:

⁶⁰ *Ibid.*, p. 33.

⁶¹ CONTREIRAS, Janaína Athaydes. **Corpo de mulher, um campo de batalha: terrorismo de Estado e violência sexual nas ditaduras brasileira e argentina de segurança nacional**. Porto Alegre, 2018. Dissertação (Mestrado em História) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

⁶² ALENCAR, Jane de. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2013, p. 15-16.

E eu fui com ele, depois dias depois eu vi a foto desse rapaz assassinado, porque ele era do comando vermelho. Eu fiquei muito furiosa com o Janú e com a Fátima, eu fiquei muito mal. Eu falei, isso é uma irresponsabilidade, eu estou voltando do exílio, eu sofri demais, a coisa que eu mais, fui mais torturada porque eu não falei onde que o Janú estava, tinham que ter respeito pela minha luta, tudo isso. Aí eu me afastei dos amigos, eu não queria mais ver ninguém, eu me mudei [...] Fui para lá, eu não queria ver mais ninguém, eu fiquei sete anos lá meio isolada, eu já tinha casado de novo, que eu separei do Chico nessa confusão toda. E casei, meu marido foi muito importante para mim, que ele era uma pessoa muito, não tinha vivido essas coisas, me ajudou muito e tal. Eu não queria nem ouvir falar das pessoas, eu ficava mal.⁶³

Além disso, Jane de Alencar só fez a primeira denúncia das violências cometidas contra ela na Comissão da Anistia já nos anos 2000. Antes, não sentia confiança de falar sobre o assunto, nem sequer com psicólogos/as:

Você também não sabia para quem falar, eu fiz muita terapia depois, mas não sabia se podia confiar no terapeuta, se tinha parente militar, enquanto durou e persistiu isso, não dá. Depois durante a anistia, depois dessa comissão da anistia lá em Brasília, eu denunciei formalmente, foi a primeira vez.⁶⁴

O silêncio de preservação como forma de suportar as vivências traumáticas em meio ao contexto de repressão, não pode ser desvinculado do processo de privatização das memórias já colocado. Isso significa que a falta de incentivo à fala em um espaço público e cuidadoso para ouvir essas mulheres, assim como os homens atingidos, contribuiu para o silenciamento na esfera privada. Por isso, a importância da Comissão Nacional da Verdade deve ser assegurada. Sua instituição, apesar de ter ocorrido em meio a acordos políticos, disponibilizou esse espaço público de escuta, incentivando pessoas a falarem não somente na comissão, mas também nas famílias e talvez até em outros seguimentos da sociedade.

Flora Strozenberg, em seu depoimento, demonstrou a importância que a CNV teve para si e que poderia ter para outras pessoas. Flora foi presa em duas ocasiões: a primeira no ano de 1970 e a segunda em 1974. Foi durante essa última prisão que as torturas foram mais intensas. Presa depois de deixar seus filhos na escola, Flora contou que foi levada para a OBAN, onde, dentre as violências citadas

⁶³ *Ibid.*, p. 25.

⁶⁴ *Ibid.*, p. 27.

no seu depoimento, foi submetida a choques elétricos, inclusive na vagina. Flora lembrou as palavras que o torturador recorreu enquanto dava choques: “eles pegam o choque elétrico e botam... com as seguintes palavras: ‘Isso é pra você nunca mais botar comunista no mundo.’”⁶⁵ Diante das violências que sofreu, Flora relatou sobre a sua consulta posterior com seu ginecologista:

Aí eu estava no Rio de Janeiro, aí acabou o problema. Acabou porque eu no Rio de Janeiro, com essa estrutura cultural, política, social, eu inserida. Aí eu fui ao Nadir Farah, meu médico e disse: ‘Nadir, estou aqui, voltei.’ Sentei na cadeira do ginecologista. ‘Examina aí.’ Aí o Nadir chorava, ele me perguntou como é que foi, como é que não foi, essa pergunta que você queria fazer, ele fez, eu respondi e me esqueci. Falei: ‘Nadir, para de chorar.’ É outro que também chorava. ‘Para de chorar, Nadir. Vê como é que está. Vê o que aconteceu. Eu tive uma hemorragia.’ Eu sou disciplinada, fui falar da hemorragia com o Nadir, não com... entendeu? Não tinha Comissão da Verdade. Então eu relatei tudo ao Nadir, ele chorava. Eu falei: ‘Nadir, agora você vai me botar um DIU, porque eu tenho pavor de ficar grávida, porque eu não sei como é que eu vou ficar.’⁶⁶

Sem ter outro espaço ou pessoa confiável para falar, Flora conversou com seu ginecologista que foi solidário e empático com a sua situação. Era o canal que realmente a escutaria sem preconceito e se importaria em ouvir sua história, reconhecendo a dor das experiências sofridas. Afinal, não havia Comissão Nacional da Verdade que, segundo Flora, pode representar esse espaço de escuta e reconhecimento da dor do outro.

Considerações finais

Assim sendo, somando-se ao medo de serem julgadas caso falassem sobre as suas experiências, as mulheres tenderiam, por conta de expectativas de gênero que foram apropriadas por elas, a relegar suas dores diante dos possíveis sofrimentos experienciados por seus entes. Mesmo que o silêncio tenha sido aproveitado como ferramenta para proteger a si e as outras pessoas, ele também cobrou seu preço, como foi constatado nos exemplos de depoentes colocados. A pressão suportada por essas mulheres decorrente do silêncio, poderia ser ainda

⁶⁵ STROZENBERG, Flora. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2014, p. 35.

⁶⁶ *Ibid.*, p. 41.

maior levando em consideração a ocorrência da violência sexual como uma invasão que viola a identidade íntima da pessoa. Além dessa dor, não só o julgamento e a desconfiança seriam adicionados, como também a culpa poderia ser uma das consequências desse tipo de violência.

Diante da recorrência do silenciamento, as comissões da verdade seriam um lugar propício e aberto para a transmissão de experiências “sin la necesidad de controlar las emociones ni de cuidar las palabras”.⁶⁷ A mudança que as comissões promovem no cenário público, dando legitimidade para suas histórias é um fato marcante nesse sentido. Se antes as mulheres poderiam ser taxadas de terroristas e marginais, na atualidade esse sentimento foi se apagando pelas transformações que elas vivenciaram, tanto nas suas experiências pessoais, como no meio público.⁶⁸

Contudo, a falta de um espaço acolhedor no meio público governamental continua insuficiente, mesmo levando em conta as atividades da CNV, já que as perguntas objetivas feitas pela comissão poderiam ser constrangedoras e até mesmo levar a um testemunho sem subjetividade. Apesar disso, pesquisas sobre o protagonismo feminino durante a ditadura militar vem aumentando, se valendo da metodologia da história oral, e possibilitando a escuta e o acolhimento dessas mulheres.

Referências

ARANTES, Maria Auxiliadora de Almeida C. FERRAZ, Flávio C. **Ditadura civil-militar no Brasil: o que a psicanálise tem a dizer**. São Paulo: Escuta, Sedes Sapientiae, 2016. 164.

BAUER, Caroline Silveira. O debate legislativo sobre a criação da Comissão Nacional da Verdade e as múltiplas articulações e dimensões de temporalidade da ditadura militar brasileira. **Anos 90**, Porto Alegre, v.22, n. 42, p.115-152, dez. 2015.

CONRADI, Carla Cristina Nacke. **“Memórias do sótão”**: vozes de mulheres na militância política contra a ditadura no Paraná (1964-1985). Curitiba, 2015. Tese

⁶⁷ JENLIN, Elizabeth. Subjetividad y esfera pública: el género y los sentidos de familia en las memorias de la represión. **Política y Sociedad**, Madrid, v.48, n.3, p.555-569, 2011, p. 564.

⁶⁸ FERREIRA, Elizabeth F. Xavier. **Mulheres, militância e memória**. Rio de Janeiro, 1996. Dissertação (Antropologia Social). Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

(Doutorado em História) Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

CONTREIRAS, Janaína Athaydes. **Corpo de mulher, um campo de batalha: terrorismo de Estado e violência sexual nas ditaduras brasileira e argentina de segurança nacional**. Porto alegre, 2018. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

FERREIRA, Elizabeth F. Xavier. **Mulheres, militância e memória**. Rio de Janeiro, 1996. Dissertação (Antropologia Social). Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.

GOMES, Athaysi Colaço, MOLMELSTE, Laíza Fuckner “Quem me leva os meus fantasmas?": Culpa e maternidade nas ditaduras do Cone Sul. In: WOLFF, Cristina Scheibe (Org). **Políticas da emoção e do gênero no Cone Sul**. Curitiba: Brazil Publishing, 2021. pp.168-184.

JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**. Madrid/Buenos Aires: Siglo XXI, 2001. 160.

JELIN, Elizabeth. Mulheres e os direitos humanos. **Revista de Estudos Feministas**. Rio de Janeiro: CIEC/ECO/UFRJ, v.2, n. 3, p. 117-149, 1994.

JELIN, Elizabeth. Subjetividad y esfera pública: el género y los sentidos de familia en las memorias de la represión. **Política y Sociedad**, Madrid, v.48, n.3, p.555-569, 2011.

PADRÓS, Enrique Serra. Memória e esquecimento das ditaduras de segurança nacional: os desaparecidos políticos. **História em Revista**, v. 10, n.10, 2017.

PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. As dores e as delícias de lembrar a ditadura no Brasil: uma questão de gênero. **História Unisinos**, v.15, n.3, 2011, p. 398-405, set./ dez. 2011.

PEREIRA, Ivonete. Estudo de casos: narrativas sobre a militância e a maternidade nas ditaduras brasileira e argentina (1964-1989). **História Oral**, v. 12, n. 1-2, p. 103-128, jan./dez. 2009.

PERROT, Michelle. Práticas da memória feminina. **Revista Brasileira de História**, v. 9, n. 18, p. 9-18, ago./set. 1989.

POLLACK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

ROSALEN, Eloisa. **Vidas (entre) laçadas: relações de gênero nas memórias do exílio brasileiro (1964-1979)**. Florianópolis, 2016. Dissertação (História). Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

ROVAI, Marta G. de Oliveira. **Osasco 1968: a greve no masculino e no feminino**. Salvador: Editora Pontocom, 2013. 436 p.

THOMSON, Alistair. Reconstituo a mem6ria: quest6es sobre a rela76o entre a hist6ria oral e as mem6rias. **Revista do Programa de Estudos P6s-Graduados em Hist6ria do Departamento de Hist6ria da PUC/SP**. S6o Paulo, n. 15, p. 51-84, abr. 1997.

TODOROV, Tzvetan. **Los abusos de la memoria**. Barcelona: Paid6s, 2000.

Fontes:

ALENCAR, Jane de. Tomada de depoimento (transcri76o). [entrevista concedida a] Comiss6o Nacional da Verdade, 2013. Dispon6vel em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Jane_de_Alencar.pdf. Acesso em: 13 dez. 2023.

BONET, Maria Dalva Leite de Castro de. Tomada de depoimento (transcri76o). [entrevista concedida a] Comiss6o Nacional da Verdade, 2014. Dispon6vel em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/00092_001123_2014_90_degravacao_rp.pdf. Acesso em: 14 dez. 2023.

CEBRIAN, Eliete Ferrer. Tomada de depoimento (transcri76o). [entrevista concedida a] Comiss6o Nacional da Verdade, 2014. Dispon6vel em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/00092_001009_2014_60_degravacao.pdf. Acesso em: 14 dez. 2023.

COELHO, L6cia Maria S6lvia. Tomada de depoimento (transcri76o). [entrevista concedida a] Comiss6o Nacional da Verdade, 2014. Dispon6vel em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Lucia_Maria_Salvia_Coelho_-_16.06.2014_-_ct_rp.pdf. Acesso em: 15 dez. 2023.

COSTA, Maria Aparecida. Tomada de depoimento (transcri76o). [entrevista concedida a] Comiss6o Nacional da Verdade, 2013. Dispon6vel em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Maria_Aparecida_Costa_31.07.2013.pdf. Acesso em: 12 dez. 2023.

GOMES, Ana Maria. Tomada de depoimento (transcri76o). [entrevista concedida a] Comiss6o Nacional da Verdade, 2013. Dispon6vel em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Ana_Maria_Gomes_-_07.04.2014_-_ct_rp.pdf. Acesso em: 13 dez. 2023.

GUISONI, Raquel Felau. Tomada de depoimento (transcri76o). [entrevista concedida a] Comiss6o Nacional da Verdade, 2014. Dispon6vel em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Raque_l_Felau_Guisoni_-_21.08.2014_-_rp.pdf. Acesso em: 15 dez. 2023.

LOPES, L6cia do Amaral. Tomada de depoimento (transcri76o). [entrevista concedida a] Comiss6o Nacional da Verdade, 2013. Dispon6vel em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Lucia_do_Amaral_Lopes_RDK.pdf. Acesso em: 13 dez. 2023.

MATTOS, Roberta Romaniolo de. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2014. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Roberta_Romaniolo_de_Mattos_18.09.2014.pdf. Acesso em: 15 dez. 2023.

MIYAKI, Darci Toshiko. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2013. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Darci_Toshiko_Miyaki_16.06.2013.pdf. Acesso em: 12 dez. 2023.

NOGUEIRA, Rosemary. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2013. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Rosemary_Nogueira_-_17.09.2013_-_rp.pdf. Acesso em: 12 dez. 2023.

NORONHA, Ilma Maria Horsth. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2014. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Ilma_Maria_Horsth_Noronha.pdf. Acesso em: 14 dez. 2023.

SANTOS, Derly Marluce dos. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2014. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Derly_Marluce_dos_Santos_-_06.05.2014_-_rp.pdf. Acesso em: 13 dez. 2023.

STROZENBERG, Flora. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2014. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Flora_Strozenberg_-_08.05.2014_-_rp.pdf. Acesso em: 14 dez. 2023.

TEIXEIRA, Maria Aparecida Serpião. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2014. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Maria_Aparecida_Serapiao_Teixeira_-_RDK.pdf. Acesso em: 15 dez. 2023.

VILELA, Elzira. Tomada de depoimento (transcrição). [entrevista concedida a] Comissão Nacional da Verdade, 2014. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Elzira_Vilela_00092_000422_2014_15_degravacao.pdf. Acesso em: 13 dez. 2023.

Recebido em 10/12/2024
Aprovado em 16/06/2025